



INFORMATIVO

ABRIL | 2021

podemos

CÂMARA

“TEREMOS MUITAS
CONVERSAS
COM OS LÍDERES
E DIRIGENTES
PARTIDÁRIOS, MAS
PRINCIPALMENTE
COM A POPULAÇÃO.”

Deputada Federal
Renata Abreu (SP)

**BACELAR APRESENTA PROJETO DE
LEI QUE CRIA MANDATO COLETIVO**

Pág. 3

**DEPUTADA RENATA ABREU É
CONFIRMADA RELATORA DA
REFORMA POLÍTICA**

Pág. 16



SUMÁRIO

3 Bacelar apresenta projeto de lei que cria mandato coletivo

4 Diego Garcia quer cortar gastos com publicidade em órgãos e entidades públicos

8 Líder do Podemos na Câmara, deputado Igor Timo, defende a aprovação de projetos para o Brasil superar a pandemia da Covid

10 Medeiros convoca Aneel para explicar reajuste da energia elétrica e não descarta CPI

12 José Nelto, Mais uma vitória para Goiás e para o Brasil

13 Aprovadas emendas de Léo Moraes que ampliam grupos prioritários da vacinação contra a covid-19

14 Josivaldo JP defende parcerias contra o uso de substâncias psicoativas e destina recursos para comunidades terapêuticas

16 Deputada Renata Abreu é confirmada relatora da Reforma Política

18 Por proposição de Ricardo Teobaldo, Câmara dos Deputados concede Voto de Louvor para Joaquim Francisco

20 Aprovado: Projeto de Roberto de Lucena aumenta a pena para abuso praticado por filho contra genitor incapaz



“ASSIM, FORMA-SE UM MANDATO COM VISÃO MAIS HOLÍSTICA, COLABORATIVA, ABERTA E HORIZONTAL, ONDE OS POSICIONAMENTOS DO POLÍTICO, POR EXEMPLO, SÃO RESULTANTES DOS DIÁLOGOS COM O GRUPO”

BACELAR APRESENTA PROJETO DE LEI QUE CRIA MANDATO COLETIVO

A reforma política volta ao radar do Congresso, agora com foco nas próximas eleições. O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), já sinalizou a prioridade de discussão dessas questões. Pensando em aumentar a representatividade e a participação popular nas decisões políticas, o deputado federal Bacelar (Podemos/BA) apresentou um Projeto de Lei (1422/21) que regulamenta o mandato coletivo para os cargos referentes às eleições de vereador e deputados estadual, distrital e federal.

Mandatos coletivos são o resultado de candidaturas que reúnem mais de uma pessoa sob o mesmo número, com a promessa de uma gestão horizontal e sem hierarquias. A modalidade já é realidade no Brasil, mas ainda não tem previsão legal. Nos últimos oito anos, o número de candidaturas coletivas no Brasil saltou de três para 257. Destas, pelo menos 17 foram eleitas no pleito municipal de 2020 – não há um cálculo oficial do TSE, já que não é reconhecida oficialmente.

Bacelar explica que, atualmente, o mandato é pessoal e intransferível, conforme a legislação eleitoral, e só

o titular tem direito a voz e voto no plenário. Ou seja, os “coparlamentares” atuam nos bastidores, formulando coletivamente os posicionamentos que serão levados ao plenário.

Segundo o autor, as vantagens do mandato coletivo são muitas como, por exemplo, a formação de um grupo heterogêneo que participe das tomadas de decisões, levantamento de demandas, criação de soluções para problemas, apresentação de projetos de lei e fiscalização da atuação do político eleito. “Assim, forma-se um mandato com visão mais holística, colaborativa, aberta e horizontal, onde os posicionamentos do político, por exemplo, são resultantes dos diálogos com o grupo” completou.

O parlamentar reconhece que o tema necessita de um amplo debate, mas o projeto de lei antecipa essa discussão necessária. “Há um longo caminho a ser perseguido neste tema, mas já se apresenta aqui uma proposta inicial, visando à futura consolidação do instituto do mandato coletivo na construção da democracia”.

DIEGO GARCIA QUER CORTAR GASTOS COM PUBLICIDADE EM ÓRGÃOS E ENTIDADES PÚBLICOS

“ É UMA MEDIDA URGENTE E NECESSÁRIA PARA O BRASIL. EM 2015, QUANDO APRESENTAMOS A PROPOSTA, MAIS DE R\$ 2 BILHÕES FORAM GASTOS EM PUBLICIDADE E PROPAGANDA! E ESSE GASTO JÁ CHEGOU A R\$ 2,9 BILHÕES, EM 2013, NO GOVERNO DILMA. E SABEMOS QUE BOA PARTE DESTE MONTANTE É DESPENDIDA EM PEÇAS QUE TÊM, COMO OBJETIVO PRIMORDIAL, FAZER NÃO MAIS DO QUE A PROMOÇÃO DO PRÓPRIO GOVERNO. ISSO PRECISA SER MUDADO! ”

Em situação de crise em decorrência da pandemia, o PL 3043/15 torna-se ainda mais urgente e necessário para o país.

Em 2015, o Brasil enfrentava uma das mais graves crises econômicas da história recente do país. Além da depressão nos níveis da atividade econômica, um quadro de grave desequilíbrio fiscal. Pensando naquela realidade, o deputado federal Diego Garcia (PR) apresentou o Projeto de Lei 3043/2015 para propor cortes nos gastos não essenciais do Governo. A proposta cria regras gerais sobre a publicidade e propaganda governamentais e limita os gastos do Poder Executivo Federal com tais atividades. Nesta



difícil situação de pandemia da Covid-19, faz-se ainda mais necessária a aprovação da proposta.

O projeto de Diego Garcia foi apensado a uma outra proposta, o PL 7502/2014, já recebeu parecer favorável do relator na forma de um substitutivo e está pronto para votação na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados. O novo texto traz regras e limites de gastos para a publicidade oficial dos atos, programas, obras, serviços e campanhas de órgãos e entidades integrantes da administração direta, autárquica e fundacional da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.

Diego Garcia explica que, segundo o PL, essas publicidades deverão ter caráter exclusivamente educativo, informativo ou de orientação social, sendo proibido o uso de nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades, servidores ou partidos. “Também ficará proibido o uso de marcas, logomarcas, slogans e congêneres destinados a identificar, na opinião pública, a gestão de determinado governo, permitindo apenas o uso do Brasão da República, dos Estados da Federação, do DF e dos Municípios”, afirma.

Além disso, as despesas com essa publicidade não poderão ultrapassar, anualmente, os seguintes

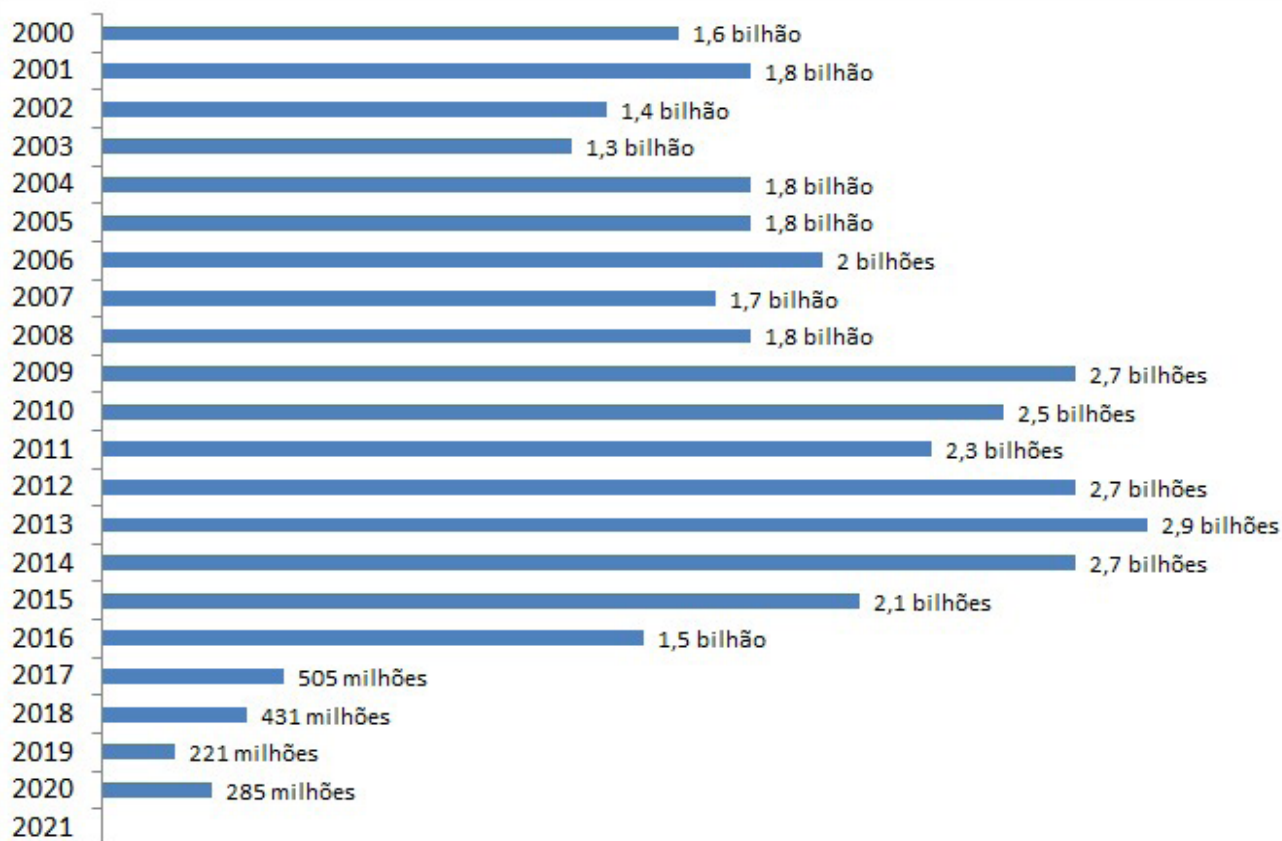
percentuais dos investimentos autorizados na Lei Orçamentária Anual, no exercício anterior: I – 0,5% no caso da União; II – 0,7% no caso dos Estados e do Distrito Federal e III – 1,0% no caso dos Municípios. Sendo que não se aplicam aos gastos com publicações obrigatórias de caráter fiscal, como editais, balanços e avisos.

As despesas com publicidade de obras públicas também ficarão restritas a, no máximo, 10% do montante global anual investido pelo respectivo ente público em ações de publicidade e propaganda. Por fim, o PL também cria sanções para o descumprimento das regras, tal como multa.

Diego Garcia afirma que os valores gastos são exorbitantes e que grande parte é despendida em peças que têm como objetivo a promoção do próprio governo. “É uma medida urgente e necessária para o Brasil. Em 2015, quando apresentamos a proposta, mais de R\$ 2 bilhões foram gastos em publicidade e propaganda! E esse gasto já chegou a R\$ 2,9 bilhões, em 2013, no governo Dilma. E sabemos que boa parte deste montante é despendida em peças que têm, como objetivo primordial, fazer não mais do que a promoção do próprio governo. Isso precisa ser mudado!”, enfatizou Garcia.

GASTOS COM PUBLICIDADE PELO EXECUTIVO FEDERAL DE 2000 A 2021

O PORTAL DA TRANSPARÊNCIA E O INSTITUTO PARA ACOMPANHAMENTO DA PUBLICIDADE (ATIVIDADES ENCERRADAS EM 2016) TRAZEM DADOS SOBRE GASTOS COM PUBLICIDADE DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. FIZEMOS UM GRÁFICO DE 2000 A 2021 (ATÉ 20/04). CONFIRA:





“TAMBÉM FICARÁ PROIBIDO O USO DE MARCAS, LOGOMARCAS, SLOGANS E CONGÊNERES DESTINADOS A IDENTIFICAR, NA OPINIÃO PÚBLICA, A GESTÃO DE DETERMINADO GOVERNO, PERMITINDO APENAS O USO DO BRASÃO DA REPÚBLICA, DOS ESTADOS DA FEDERAÇÃO, DO DF E DOS MUNICÍPIOS”

LÍDER DO PODEMOS NA CÂMARA, DEPUTADO IGOR TIMO, DEFENDE A APROVAÇÃO DE PROJETOS PARA O BRASIL SUPERAR A PANDEMIA DA COVID E SUGERE AÇÕES PARA FORTALECER O COMBATE À CORRUPÇÃO

“PRECISAMOS UNIR FORÇAS, OS ENTES FEDERADOS DEVEM TRABALHAR DE FORMA CONJUNTA PARA ENCONTRAR UM PONTO DE EQUILÍBRIO ENTRE AÇÕES PARA DIMINUIR A TRANSMISSÃO DO VÍRUS, SALVAR VIDAS E GARANTIR A CONTINUIDADE DA ATIVIDADE ECONÔMICA DOS MUNICÍPIOS E UM FUTURO PROMISSOR AOS BRASILEIROS”

Líder do Podemos na Câmara, deputado Igor Timo, defende a aprovação de projetos para o Brasil superar a pandemia da Covid e sugere ações para fortalecer o combate à corrupção

Antes mesmo do Orçamento Anual de 2021, que define os gastos da União com receitas, despesas e projetos que ajudarão o Brasil a se reerguer no pós-pandemia, ser aprovado pelo Congresso, o líder do Podemos na Câmara, deputado federal Igor Timo (MG), atuou como relator da lei n.º 14.125/21, de autoria do senador Rodrigo Pacheco, presidente do Senado. A matéria relatada autorizou estados e municípios a comprarem vacinas contra Covid-19, que tenham registro ou autorização de uso no Brasil.

O parlamentar acredita que a aprovação da medida amplia a oferta de vacinas e contribui com imunização dos brasileiros.

“Este projeto contribuiu para aumentar o número de imunizados no país, que ainda é baixo, mas trouxe resultados positivos para desacelerar a transmissão da doença”, considera Igor Timo.

Pela lei aprovada pelo Congresso e sancionada pelo Palácio do Planalto, a aquisição de vacinas pelo setor privado é autorizada desde que 100% das doses sejam doadas para uso no PNI. Após o término da vacinação de grupos prioritários, as pessoas jurídicas de direito privado poderão “adquirir, distribuir e administrar vacinas, desde que pelo menos 50% das doses sejam, obrigatoriamente, doadas ao SUS e as demais sejam utilizadas de forma gratuita”, diz a legislação.



COMBATE À CORRUPÇÃO

Em abril, Igor Timo solicitou ao procurador-geral da República, Augusto Aras, a recriação das forças tarefas da Lava Jato, uma das maiores operações de combate à corrupção. Para o deputado a extinção da força-tarefa da Lava Jato representa duro golpe e retrocesso no combate à impunidade e aos atos de corruptos.

“Não podemos permitir que a corrupção ganhe força novamente. Ela é um câncer e deve ser extirpada da sociedade”, pontua Igor.

Dados do Ministério Público Federal mostram que, após 7 anos, o trabalho da Lava Jato resultou na condenação de 278 criminosos, com a soma de mais 2.611 anos de prisão no total, e a devolução de R\$ 4,3 bilhões aos cofres públicos.

FUTURO DA ECONOMIA

A Reforma Tributária é defendida pelo parlamentar como a principal medida a ser discutida e votada com urgência no Congresso Nacional. Igor Timo aponta o novo cenário enfrentado pelo Brasil, com os impactos das crises sanitária e econômica causadas pela pandemia, como o aumento expressivo de desempregados, fechamentos de empresas e indústrias no país como fatores que impulsionam a necessidade da aprovação de uma Reforma Tributária que seja colabore para a retomada de empregos e aquecimento da economia no país.

Além disso, Igor Timo avalia como fundamental a aprovação do projeto de Lei que propõe o fim dos supersalários no serviço público, criando um teto mínimo como está previsto na Constituição da República. Na última segunda-feira (11), o deputado apresentou ao presidente da Câmara, deputado federal Arthur Lira, o dado de que essa proposta aguarda votação por mais de 600 dias.

“Já era para o teto ter sido regulamentado no Brasil. Agora com a pandemia e a crise econômica é mais do que urgente”, observa Igor Timo.

MAIS EDUCAÇÃO AOS IDOSOS

No mês de abril, Igor Timo, que é vice-presidente da Comissão do Idoso, comemorou a aprovação do Projeto de Lei 175/2019, que trata a cultura como instrumento de inserção dos idosos à educação, na Comissão de Educação (CE). A proposta tem como objetivo reverter o grande percentual de analfabetos entre os idosos.

De acordo com dados do IBGE, no Brasil 18% da população idosa, o que corresponde a 5,9 milhões brasileiros desta faixa etária são analfabetos. O projeto já foi aprovado na Comissão de Educação e aguarda apreciação nas comissões do Direito da Pessoa Idosa (CIDOSO) e na de Constituição, Justiça e de Cidadania (CCJC).



MEDEIROS CONVOCA ANEEL PARA EXPLICAR REAJUSTE DA ENERGIA ELÉTRICA E NÃO DESCARTA CPI

Após o aumento de 7,29% na conta de energia elétrica em Mato Grosso, autorizado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) no último dia 22 de abril, o deputado federal José Medeiros (Podemos) pretende convocar a diretoria da agência para explicar o reajuste em meio à crise sanitária e econômica que Mato Grosso e o país enfrentam em função da pandemia do novo coronavírus.

”A população de Mato Grosso está sofrendo com a alta tarifa de energia elétrica. O valor cobrado é abusivo e prejudica a população, como também os pequenos comerciantes que estão enfrentando uma crise sem precedentes em função da pandemia. Por isso, vamos convocar a diretoria da Aneel para

explicar esses aumentos abusivos. A convocação também será estendida a diretoria da Energisa em Mato Grosso”, declara Medeiros.

Além de criticar o reajuste, o parlamentar afirma que a atuação das agências reguladoras no país, em especial a Aneel, é questionável e precisa ser reavaliada e até mesmo investigada, uma vez que em muitos casos elas atuam em defesa das empresas.

“O presidente Jair Bolsonaro (sem partido) foi o primeiro a criticar a atuação das agências. Ele afirmou recentemente que algumas decisões da Aneel não interessam o povo brasileiro. Isso retrata a realidade uma vez que a agência autorizou, no momento de crise, o aumento da energia. As

“ INTERESSANTE É QUE A ANEEL É TÃO PREOCUPADA COM O EQUILÍBRIO ECONÔMICO E FINANCEIRO DAS EMPRESAS, MAS TÃO DESPREOCUPADA COM O EQUILÍBRIO FINANCEIRO DOS USUÁRIOS E COM A QUALIDADE DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DAS CONCESSIONÁRIAS ”

agências são autônomas, mas não soberanas. Interessante é que a Aneel é tão preocupada com o equilíbrio econômico e financeiro das empresas, mas tão despreocupada com o equilíbrio financeiro dos usuários e com a qualidade da prestação de serviços das concessionárias. Ela [Aneel] está preocupada com o bem do setor elétrico, mas indiferente às demandas dos usuários. Podemos chamar isso de equilíbrio?”, dispara o deputado, que é vice-líder do governo Bolsonaro na Câmara Federal.

Medeiros e o deputado federal Léo Moraes (Pode-RO) trabalham para instalar uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar a prestação de serviços da Energisa em Mato Grosso e nos demais estados atendidos pela concessionária.

“O valor da energia é alto e a Energisa presta um serviço mal e porcamemente. Não é à toa que ela lidera o ranking de reclamações do Procon de Mato Grosso”.

ICMS

Outra questão levantada por Medeiros é a urgente necessidade de reduzir a alíquota do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) sobre a energia elétrica no estado.

“A alíquota vigente é de quase 30%, isso é um absurdo com o consumidor, principalmente o residencial. Apelo ao governo, nesse momento de crise, reduzir de forma gradativa o ICMS sobre a energia. Nesse momento de pandemia é preciso que todos se sacrifiquem. O governo do Estado pode e deve abrir mão dessa receita para ajudar o cidadão. O estado não é para gerar lucros ou acumular riquezas. Ele existe para servir o cidadão. A redução do ICMS sobre a energia é uma necessidade urgente, é questão de humanidade”, comenta o deputado federal do Podemos.

Em março de 2020, no início da pandemia em Mato Grosso, o Medeiros solicitou ao governador Mauro Mendes (DEM) a isenção de impostos estaduais que incidem sobre a energia, água e gás, pelo menos no período excepcional de combate ao vírus.

“Infelizmente o governador não atendeu meu pedido. É importante lembrar que todo mundo precisa dar sua cota de sacrifício. Ninguém mais que o Poder Público precisa entender isso como seu dever. Esperamos que o governador tenha essa sensibilidade. Nenhuma outra obrigação financeira está acima de proteger a vida das pessoas”, finaliza Medeiros.



MAIS UMA VITÓRIA PARA GOIÁS E PARA O BRASIL

“ME SINTO MUITO HONRADO EM PODER CONTRIBUIR COM MEU ESTADO DE GOIÁS E COM OS VALOROSOS PROFISSIONAIS DA SAÚDE DE TODO O PAÍS. EDUCAÇÃO, SAÚDE, ECONOMIA E O DESENVOLVIMENTO DOS MUNICÍPIOS GOIANOS SÃO AS PRIORIDADES DO MEU MANDATO”

Em março deste ano, o vice-líder do Podemos na Câmara, deputado federal José Nelto (GO), relatou o PLP 266/2020 que autoriza contratações para preenchimento dos quadros funcionais em universidades e hospitais universitários. Com a aprovação da medida, cerca de 5 mil profissionais da área da Saúde passarão a atuar nas ações de combate à Covid.

No dia 15 de abril, o PLP foi aprovado, tornando-se lei complementar de nº 180, de 2021. José Nelto defende que a aprovação do projeto representa um avanço na educação em Goiás.

“Me sinto muito honrado em poder contribuir com meu Estado de Goiás e com os valorosos profissionais da saúde de todo o país. Educação, Saúde, Economia e o desenvolvimento dos municípios goianos são as prioridades do meu mandato”, pontuou o parlamentar.

Para o vice-líder do Podemos, é através da Educação que é possível construir um futuro melhor, com mais oportunidades, capacidade e esperança.

“Por isso sou um defensor da Educação no Congresso Nacional. Investir em educação é investir no futuro melhor para cada cidadão brasileiro”, destacou José Nelto.

SAIBA MAIS

O projeto de lei complementar foi apresentado no ano passado pelo senador Wellington Fagundes (PL-MT) com objetivo de excetuar as Universidades de Catalão, Jataí, Rondonópolis, Delta do Parnaíba, Agreste de Pernambuco e Norte do Tocantins; além dos hospitais da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH); da regra que proíbe a realização de concursos públicos e contratação de funcionários.

As seis universidades citadas no projeto, criadas em 2018, foram estruturadas a partir de campi universitários já existentes. Em seu relatório, o deputado destaca que já há previsão no Orçamento para provisão dos cargos.

APROVADAS EMENDAS LÉO MORAES QUE AMPLIAM GRUPOS PRIORITÁRIOS DA VACINAÇÃO CONTRA A COVID-19

O deputado federal Léo Moraes (RO) é o autor de Projetos de Lei que incluem pessoas com deficiência, profissionais da segurança e professores das redes pública e privada nos grupos prioritários do Programa Nacional de Imunização (PNI). Foram acatadas por emendas e incluídas no Projeto de Lei 1011/2020, que foi aprovado nas comissões de Constituição, Justiça e de Cidadania (CCJC) e na de Seguridade Social e Família (CSSF).

“Feliz em conseguir a aprovação de dois projetos tão importantes e que irão beneficiar milhares de brasileiros. Por isso, precisamos de compromisso e celeridade na vacinação por parte do poder executivo”, comemora o deputado.

Léo Moraes defende que a inclusão desses públicos no grupo prioritário de vacinação do PNI pode

colaborar com a ampliação da cobertura vacinal e com a diminuição nas taxas de casos de coronavírus.

“O dever do Estado em promover a saúde coletiva deve, portanto, perfazer-se por intermédio do Sistema Único de Saúde, no Programa Nacional de Imunizações, de acesso gratuito para toda a sociedade. Com efeito, se apenas parcela pequena da população tiver acesso à vacina, o intento de erradicar o Coronavírus não será alcançado, e continuaremos perdendo familiares e amigos para essa doença nefasta”, alerta o parlamentar.

Além disso, o deputado garantiu junto ao Ministério da Saúde o envio de um número maior de doses da vacina contra o coronavírus para Rondônia e nos últimos meses destinou mais de R\$ 8 milhões para a área da Saúde.



“POR ISSO, PRECISAMOS DE COMPROMISSO E CELERIDADE NA VACINAÇÃO POR PARTE DO PODER EXECUTIVO”

JOSIVALDO JP DEFENDE PARCERIAS CONTRA O USO DE SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS E DESTINA RECURSOS PARA COMUNIDADES TERAPÊUTICAS

“PRECISAMOS DE PARCERIAS FORTES ENTRE O GOVERNO FEDERAL, OS ESTADOS, OS MUNICÍPIOS, COM AS ENTIDADES COMO A REMADD E AS COMUNIDADES TERAPÊUTICAS”

O deputado federal maranhense também atua por prioridades na imunização contra o Coronavírus.

Preocupado como estímulo à implementação das políticas públicas voltadas à redução da demanda de drogas no Brasil, o deputado Josivaldo JP defendeu parcerias com gestores públicos federais, do Maranhão, entidades e comunidades terapêuticas, para o fomento dessas atividades na sua região, no sul do Maranhão.

“Nós entendemos que o combate ao consumo de drogas no País, que compreende ações de prevenção, cuidados e reinserção social dos dependentes, é de suma importância. Por isso, já no meu primeiro ano de mandato, estou destinando recursos na ordem de meio milhão de reais em emendas individuais, aplicadas por meio de convênios entre os centros terapêuticos e a Secretaria Nacional de Cuidados e Prevenção às Drogas (SENAPRED) do Ministério da Cidadania”, informa Josivaldo JP.

O deputado esteve na capital do estado, São Luís reunindo-se com o secretário Enos Ferreira, da Secretaria de Relações Institucionais do Maranhão (SRI), juntamente com o Coordenador da Rede Maranhense de Diálogos sobre Drogas (REMADD), Erisson Lindoso para tratar dessas parcerias. Para Josivaldo JP, “as políticas públicas são um grande instrumento contra a dependência de substâncias psicoativas. O problema é complexo, portanto as soluções e as estratégias para o enfrentamento acabam sendo também complexas. Então, precisamos



de parcerias fortes entre o governo federal, os estados, os municípios, e com as entidades como a REMADD e as Comunidades Terapêuticas.”

ENFRENTAMENTO À PANDEMIA

Diante do avanço da vacinação no Brasil, o deputado Josivaldo JP priorizou medidas a favor da inclusão de categorias no Plano Nacional de Imunização. Apresentou o Projeto de Lei (PL 1467/2021) para incluir pastores evangélicos e membros eclesiais como prioridade no Plano Nacional de Imunização contra a Covid19, em todo o território nacional.

“Sempre defendemos mais vacinas para todos! Quanto mais rápida a imunização, mais rápido nosso povo para de adoecer e também o País pode voltar ao normal. E entendemos que alguns setores precisam ser vistos como prioridade. É sabido que líderes espirituais têm contato direto com o público, fazem atendimento em locais fechados, inclusive em hospitais, visitam domicílios e praticam ações sociais junto à população em situação de rua ou com vulnerabilidade social, expondo-se constantemente ao risco de contrair o Coronavírus e, neste caso, até descobrir, também podem transmitir. Também é importante ressaltar que aqueles imbuídos da missão evangelizadora são, muitas vezes, os pilares das famílias que sofrem tanto com a Covid quanto com graves problemas psicológicos. E a atenção que dedicam a essas pessoas é essencial para a sua

recuperação. Precisam da imunização”, esclarece Josivaldo JP.

Neste mês a Câmara aprovou o PL 5595/20, que considera a educação um serviço essencial, e Josivaldo JP informa que votou com os professores, para garantir um retorno seguro às atividades presenciais.

O deputado Josivaldo JP explica que “conseguiu colocar na redação final vários parâmetros a serem observados, o que trará mais tranquilidade aos professores e aos pais dos alunos, dentre eles, a obrigatoriedade na vacinação de professores e funcionários das escolas para o retorno das aulas presenciais”. E finaliza: “É um avanço que comemoro. Fui autor do projeto de lei que tramitou na Câmara dos Deputados sob o nº 1.304/2021 estabelecendo os profissionais da educação, assim como das forças policiais e corpo de bombeiros, como prioritários junto ao PNI.”

A exemplo da conquista de 17 mil kits de exames para a detecção da Covid19, enviados pelo Ministério da Saúde para a Região Tocantina em março a pedido do deputado JP, neste mês de abril o deputado maranhense conseguiu o envio de 30 mil kits extras de exames de detecção do Coronavírus para o Maranhão. “Os testes serão direcionados para as Regionais de Saúde de Açailândia, de Balsas e de Barra do Corda. A previsão é que sejam atendidas 27 cidades”, informa o deputado Josivaldo JP.

DEPUTADA RENATA ABREU É CONFIRMADA RELATORA DA REFORMA POLÍTICA

Presidente nacional do Podemos, a deputada federal Renata Abreu (SP) foi confirmada como relatora da PEC da Reforma Política. A escolha foi anunciada nesta terça-feira (4), durante instalação da Comissão Especial para análise da Proposta de Emenda à Constituição 125/2011. O colegiado será presidido pelo deputado federal Luís Tibé (MG).

Dentre vários pontos a serem discutidos, a Comissão irá analisar a adoção de um novo sistema eleitoral para o país. Uma das alternativas em debate é o Distritão, em que os deputados mais votados em cada Estado são eleitos, independentemente do desempenho dos partidos nas urnas.

Renata Abreu disse que a Comissão irá montar um plano de trabalho com as modificações a serem propostas.

“A ideia é debater todos os sistemas eleitorais e decidir por algum ou por ajustes no atual modelo.

Vamos discutir todos os sistemas propostos”.

Hoje, o modelo adotado é o proporcional, em que as cadeiras de deputados federais são distribuídas proporcionalmente à quantidade de votos obtido pelos partidos.

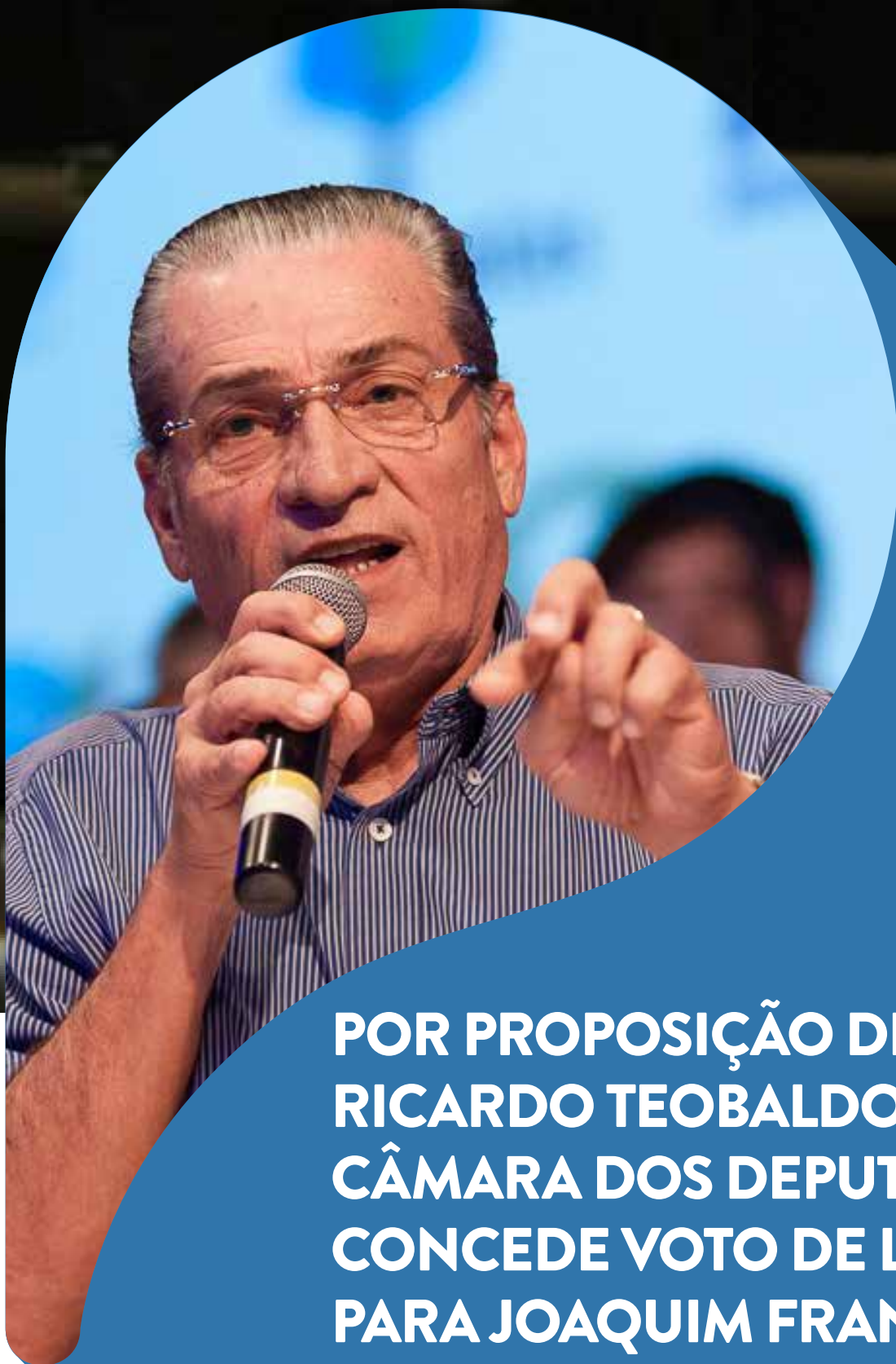
“É chegar ao consenso. Vamos trabalhar na construção de um acordo para chegarmos à melhor decisão. Teremos muitas conversas com os líderes e dirigentes partidários, mas principalmente com a população. Como é prática de nosso partido, o Podemos, vamos ouvir os cidadãos para decidirmos juntos os rumos de nossa Nação”, declarou a relatora.

SUBSTITUTIVO E PRAZOS

As mudanças propostas pelo colegiado precisam ser aprovadas pelo Congresso e sancionadas pelo presidente da República até outubro para que possam valer nas eleições 2022. Os trabalhos na Comissão Especial terão prazo de 40 sessões, sendo que as emendas devem ser apresentadas em 10 sessões, e a deputada Renata Abreu terá 20 sessões para apresentar seu parecer.

“TEREMOS MUITAS CONVERSAS COM OS LÍDERES E DIRIGENTES PARTIDÁRIOS, MAS PRINCIPALMENTE COM A POPULAÇÃO.”





POR PROPOSIÇÃO DE RICARDO TEOBALDO, CÂMARA DOS DEPUTADOS CONCEDE VOTO DE LOUVOR PARA JOAQUIM FRANCISCO

**“ESSA É UMA PEQUENA HOMENAGEM DIANTE
DE TODA A GRANDEZA E DEDICAÇÃO DE
JOAQUIM POR PERNAMBUCO E PELO BRASIL”**



Pernambuco se notabilizou, ao longo da história, por produzir homens públicos de destacados perfis. Um desses nomes é o do ex-governador e ex-ministro Joaquim Francisco. Por indicação do deputado federal Ricardo Teobaldo (PE), a Câmara Federal concedeu um Voto de Louvor em sua homenagem, no dia que celebra 73 anos.

Para o deputado federal Ricardo Teobaldo (PE), esse voto é apenas uma parcela diante de todas as reverências que Joaquim Francisco merece. “Nossa ideia inicial seria realizar uma sessão solene em homenagem a Joaquim Francisco. Porém, por conta da pandemia, esses planos precisaram ser adiados e serão realizados num momento oportuno. Assim, sugerimos o Voto de Louvor. Essa é uma pequena homenagem diante de toda a grandeza e dedicação de Joaquim por Pernambuco e pelo Brasil”, destacou.

Teobaldo ainda frisou a importância que Joaquim Francisco tem para nossa história política. “A trajetória de Joaquim se confunde com a história política de Pernambuco. Prefeito, deputado federal, ministro, governador... a nossa história carrega o DNA e o trabalho de Joaquim Francisco”, frisou.

Advogado, Procurador do Estado de Pernambuco aposentado, formado pela Universidade Federal de Pernambuco desde 1970, com grande atuação na área política, Joaquim Francisco foi Prefeito da Cidade do Recife por dois mandatos (1983-1985 e 1988-1990), Deputado Federal Constituinte (1988), Ministro do Interior (1989), Governador do Estado de Pernambuco (1990-1994) e Deputado Federal pelo Estado de Pernambuco (1998-2006)



APROVADO: PROJETO DE ROBERTO DE LUCENA AUMENTA A PENA PARA ABUSO PRATICADO POR FILHO CONTRA GENITOR INCAPAZ

“A AUSÊNCIA DOS FILHOS NA VELHICE DOS PAIS IMPLICA DIRETAMENTE EM REPARAÇÃO, COM FINS DE EFETIVAÇÃO DO AMPARO A ESSES EM IDADE AVANÇADA E, ASSIM, RESPEITANDO O PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA”

A Comissão dos Direitos Da Pessoa Idosa (CI) aprovou Projeto de Lei 4170/2019, do deputado federal Roberto de Lucena (SP), que aumenta em um terço a pena para o crime de abuso de incapaz quando praticado por descendente de primeiro grau de pessoa, que sofra de alienação ou debilidade mental. A votação ocorreu nesta quinta-feira (29).

O texto aprovado altera o Código Penal (Decreto-Lei 2.848/40) e estabelece pena de reclusão de dois anos a seis anos, e multa, para quem, sabendo da condição de debilidade do pai ou mãe, fizer uso da condição e obter vantagem ilícita.

“A ausência dos filhos na velhice dos pais implica diretamente em reparação, com fins de efetivação

do amparo a esses em idade avançada e, assim, respeitando o princípio constitucional da dignidade da pessoa humana. Em nosso ordenamento jurídico, há inúmeras normas regulamentadoras e garantidoras de direitos ao ser humano para que seja realmente digna esta fase da vida. Entretanto, é necessário que sejam constantemente aperfeiçoadas. Frisa-se aqui a obrigatoriedade legal de que suas necessidades básicas lhes sejam providas”, pondera o deputado.

TRAMITAÇÃO

O projeto também será analisado pelas comissões de Seguridade Social e Família (CSSF), Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) e seguirá para votação no Plenário da Câmara.

EXPEDIENTE

LIDERANÇA DO PODEMOS NA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Líder do Podemos na Câmara dos Deputados:
deputado federal Igor Timo (MG)

Presidente Nacional do Podemos: deputada federal Renata Abreu

Chefe de Gabinete: Fábio de Souza Oliveira

Direção Geral: Fernando Vieira

Jornalista Responsável: Alisson Esteves

Revisão Geral: Gabrielle Fernandes

Colaboradores: Danielle Soares, Danilo Oliveira, Hevandro Soares, Lola Nicolás, Mariana Torres, Marília Jardim, Isabella Macedo, Regina Lacerda, Maura Mosquera, Samuel Sudré, Saulo Rolim, Thiago Bastos, Rafaella Panceri, Fabrício Carbonel, Sérgio Lima, Josué Cidade, Robert Alves.



JUNTOS PODEMOS

   /podemos19

 www.podemos.org.br

 **podemos**
CÂMARA